

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DELEGACIA REGIONAL DE GOIÁS

XXI CEPE

O IMPACTO DA AÇÃO DO MST NA SEGURANÇA NACIONAL

Goiânia (Go)

L55(81)

2008



**ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE
GUERRA**

**DELEGACIA REGIONAL DE GOIÁS
XXI CEPE**

O IMPACTO DA AÇÃO DO MST NA SEGURANÇA NACIONAL

**Trabalho de Grupo apresentado à Associação dos
Diplomados da Escola Superior de Guerra -
ADESG-Delegacia Regional de Goiás, como
requisito indispensável à conclusão do XXI CEPE.**

Goiânia (Go)

2008

351.78:316.334.55(81)
A849
0000045

**ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR
DE GUERRA
DELEGACIA REGIONAL DE GOIÁS
XXI CEPE**

O IMPACTO DA AÇÃO DO MST NA SEGURANÇA NACIONAL

Benício Cardoso dos Santos – Graduando em Relações Internacionais
Bruno de Paula Santos – Analista de Sistemas
Cláudia Pimenta Leal - Advogada
Davi Rodrigues de Oliveira – Maj. do Exército Brasileiro
Décio Fernandes de Faria – Cap. da Polícia Militar do Estado de Goiás
Graziene Carneiro de Souza - Internacionalista
Joana Angélica Quaresma Fleury - Advogada
João Antônio Maia Filho - Administrador
Luiz Becker Karst - Administrador
Marcondes José da Silva – Bel. Teologia
Odilon Mateus Alves - Administrador
Theandra Fernandes Drago – Geógrafa
Tony Stevão Alves da Silva – Internacionalista
Wolmey Vieira Barros – Ten.-Cel. da Polícia Militar do Estado de Goiás

Goiânia (Go)

2008

I34

O impacto da ação do MST na Segurança Nacional/

Joana Angélica Q. Fleury, Odilon Mateus Alves, Davi Oliveira e outros. – Goiânia, 2008.

59p.

Trabalho de conclusão do XXI CEPE – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia Regional de Goiás, 2008.

1. MST – Brasil 2. Movimento sem terras – Brasil 3. Segurança Nacional e movimentos sociais. I. Fleury, Joana Angélica Q. et al. II. Título.

CDU: 316.334.55(81)

332.2(81)

A todos que nos incentivaram ao curso.

AGRADECIMENTOS

A DEUS.

Ao Dr. Carlos Vinícius de Saint Just Fontes Ribeiro.

À Diretoria da ADESG - Delegacia Regional de Goiás.

Aos palestrantes que ilustraram nosso curso, dividindo conosco o saber.

Ao Comando Militar do Planalto (DF), COTER (DF), Base Aérea de Anápolis (Go), Brigada de Operações Especiais (Goiânia-Go), Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (Goiânia-Go), Polícia Militar do Estado de Goiás, Porto Seco (Anápolis-Go), Embrapa Arroz e Feijão (Go), por terem nos aberto as portas e pela ótima receptividade.

À Secretaria da Agricultura, em especial, aos Srs. Leonardo Veloso do Prado, Secretário da Agricultura do Estado de Goiás e Luiz Becker Karst, Superintendente da Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, pelo espaço gentilmente cedido, onde sediou o XXI CEPE.

A todos, que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

Às nossas famílias, pela compreensão das horas roubadas do nosso convívio, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas, pela agradável convivência.

Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança.

Benjamin Franklin

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de discutir o impacto da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST na Segurança Nacional, a partir da análise da conjuntura atual do movimento e das suas ações, consideradas ameaça à segurança nacional e ao bem comum, para o possível e adequado preparo e emprego do Poder Nacional. O texto construído teve como orientação, o “Manual Básico: Elementos Doutrinários” e, por base, a organização em unidades temáticas, articuladas com o referencial teórico, onde se fundamentou em rica e atualizada pesquisa bibliográfica, pesquisas na internet, jornais, revistas, dentre outras. As considerações finais enfocam alguns assuntos levantados com relação aos cenários e ameaça à Segurança Nacional: possíveis soluções - políticas e estratégicas - para reverterem o atual cenário e consolidarem tendências positivas, de acordo com os Objetivos Nacionais, que visam à consecução do Bem-Comum.

Palavras Chaves: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST-Brasil - Segurança Nacional e movimentos sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 – O IMPACTO DA AÇÃO DO MST NA SEGURANÇA NACIONAL	12
1.1 – Diagnóstico	12
1.1.1 – Análise da Conjuntura Atual	12
1.1.2 – Análise do Poder	31
1.2 – Fase Política	46
1.2.1 – Elaboração de Cenários Exploratórios	46
1.2.2 – Elaborar a Concepção Política	51
1.3 – Fase Estratégica	57
1.3.1 – Concepção Estratégica	57
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal brasileira e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política interna do país, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança nacional.

A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.

Para efeito da Política de Defesa Nacional, “Segurança” é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Já, a “Defesa Nacional” é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Diante disso, este trabalho parte de uma premissa maior além da análise das ações do MST: O impacto de suas ações na Segurança Nacional, que se constitui objetivo do nosso trabalho.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu no final da década de 1970, com a ocupação da fazenda Annoni no Rio Grande do Sul, quando, naquele momento, o governo estadual gaúcho buscou reverter uma ocupação ilegal, para fins de reforma agrária, de terras de uma reserva indígena realizada nos anos 1960, ocasião em que reassentou os índios e expulsou os camponeses de seu assentamento na localidade conhecida como Encruzilhada Natalino.

Como reação, os agricultores deslocados, espontaneamente, decidiram ocupar a vizinha Fazenda Annoni. A partir daí, a sociedade local, a Comissão Pastoral da Terra, assim como o embrião do futuro Partido dos Trabalhadores passou a apoiar aquele grupo de camponeses que saíram vitoriosos do que seria a primeira ocupação, que deu origem ao MST(COLETTI, 2005).

Em 1984 o Movimento passou a se organizar de maneira nacional, consistindo mais na ocupação de terras improdutivas como forma de pressão pela reforma agrária, além da reivindicação quanto a empréstimos e ajuda para que pudessem produzir nessas terras (CALDART, 2004).

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina (que tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo) da qual também faz parte o

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas.

A metodologia adotada teve como orientação o “Manual Básico: elementos doutrinários, preconizado pela Escola Superior de Guerra – ESG, e fundamentou-se em rica e atualizada pesquisa bibliográfica, de pesquisas na internet e de palestra proferida por integrante do MST aos estagiários do CEPE XXI, onde o texto foi elaborado após a Introdução, tendo como base, a organização em unidades temáticas, articuladas com o referencial teórico:

1 – *Diagnóstico* - onde se analisou a conjuntura atual, e a análise do poder, situando as ações do MST, suas reivindicações, planos, programas, anseios e necessidades, dando ênfase ao seu *modus operandi*.

2 – *Fase Política* – onde elaborou-se cenários exploratórios e a concepção política, analisando-se os cenários otimista, médio e pessimista.

3 – *Fase Estratégica* - onde foram definidas opções estratégicas frente aos óbices que se interpõem, sugerindo diretrizes estratégicas, que poderão contribuir para que se atinja o objetivo proposto.

Na Conclusão, se propõe diretrizes estratégias, que possam contribuir para impedir que as ações do MST se constituam ameaças à Segurança Nacional, de acordo com os Objetivos Nacionais que visam à consecução do Bem Comum.

1 - O IMPACTO DA AÇÃO DO MST NA SEGURANÇA NACIONAL

1.1 – Diagnóstico

Nesta fase serão analisados a conjuntura atual e o poder referente ao impacto da ação do MST na Segurança Nacional

1.1.1 - Análise da Conjuntura Atual

A seguir, serão apresentados e analisados aspectos atuais acerca das ações desenvolvidas pelo Movimento em estudo.

a) Planos, programas e projetos existentes e em aplicação, analisando sua eficácia, eficiência e fraquezas

Segundo o próprio MST, por intermédio de sua página oficial da internet, a luta do movimento está focada na reforma agrária, no combate a violência “sexista”, na democratização da comunicação, na saúde pública, no desenvolvimento, na diversidade étnica, no sistema político, na soberania nacional de popular e na cultura. (MST, 2008e)

Porém, para entender o processo da reforma agrária no Brasil, necessitamos conhecer a origem e as necessidades que lançaram esta modalidade de divisão de terras no país.

Segundo Martins (1985), a origem da reforma agrária surgiu 30 anos após o descobrimento do Brasil em 1.500, através do regime de sesmarias originado no antigo sistema português de concessão de terras baseado na lei régia do século XIV.

Apesar dos movimentos organizados de massa pela reforma agrária no Brasil remontarem apenas às ligas camponesas, e associações de agricultores que existiam durante as décadas de 1950 e 1960, o MST proclama-se como herdeiro ideológico de todos os movimentos de base social camponesa, ocorridos desde que os portugueses entraram no Brasil, quando a terra foi dividida em sesmarias por favor real, de acordo com o direito feudal português, fato este que excluiu em princípio grande parte da população do acesso direto à terra.

As “Cartas de Sesmarias” faziam concessões de vastas áreas de terras e exigia dos “sesmeiros” o efetivo aproveitamento das terras recebidas. O não cumprimento desta obrigação levava à devolução das terras recebidas, o que provavelmente originou as chamadas “terras devolutas,” termo com o qual se designa terras públicas não tituladas.

Este regime, que durou até o ano de 1.822, quando foi suspenso pelo príncipe regente, levou o país a ficar 28 anos inteiramente desregulamentado quanto a propriedade da terra. Neste

período, prevaleceu o regime de posse, onde cada um ocupava o que conseguisse ou lhe fosse conveniente (MARTINS, 1985).

Uma outra fase da luta pela terra no Brasil foi definida como "lutas radicais localizadas" e que se desenvolveram de 1940 até 1955. Nesta fase ocorreram diversos conflitos violentos por terras e revoltas populares, em diversos lugares do Brasil, em lutas não mais de cunho messiânico, mas, com demandas sociais e políticas claramente definidas como tais. Estas lutas, embora localizadas, tiveram a adesão de milhares de pessoas, e em alguns lugares, como no Maranhão e no Paraná adquiriram tal magnitude que os camponeses tomaram cidades e organizaram governos paralelos.

Mas, um dos grandes problemas do movimento pela reforma agrária antes de 1964 foi o fato de que a Constituição brasileira de 1946 só admitia a desapropriação de terras mediante indenização prévia em dinheiro, o que limitou fortemente tais desapropriações.

O governo militar, desejando enfrentar as tensões agrárias de forma controlada, emitiu, em 1965, um Estatuto da Terra, que reconhecia (de acordo com a Doutrina Social da Igreja Católica) a função social da propriedade privada e permitia a desapropriação para fins de assentamento agrário em caso de tensão social, e, mais tarde, na chamada Emenda Constitucional no.1, de 1969 (outorgada pela Junta Militar que assumiu o poder quando da incapacitação do presidente Arthur da Costa e Silva) à Constituição Brasileira de 1967,

que passou a admitir a desapropriação, mediante pagamento em títulos de dívida pública. Esta legislação, muito embora tenha permanecido largamente inoperante durante aquele período de exceção, incentivou o quadro legal para as tentativas de reforma agrária após a redemocratização.

A Constituição Brasileira de 1988 revalidou o princípio da desapropriação de terras mediante pagamento em títulos públicos (que já havia sido, como já dito, admitida pelo regime político anterior). No entanto, por força da pressão da bancada ruralista na Assembléia Constituinte, esta limitou as desapropriações às terras improdutivas, conceito este de difícil avaliação prática, e que veio a constituir-se em obstáculo à reforma agrária em grande escala.

A seguir, serão analisadas a eficácia e fraquezas dos planos, programas e projetos existentes e em aplicação, agrupados em relação ao acesso a terra, propostas pelo MST, para os assentamentos, educação e saúde nas áreas de reforma agrária.

1 - Em relação ao acesso a terra

“MST apresenta Programa de Reforma Agrária, baseado na desconcentração da terra, produção de alimentos saudáveis e respeito à natureza e aos seres humanos.” (MST, 2008f). A sua meta é de “beneficiar um milhão de famílias de trabalhadores sem terra” (MST, 2008c). Conforme A nova jornada de lutas do MST (MST, 2008a): “O primeiro passo para este projeto de desenvolvimento é o assentamento de 150 mil famílias que estão acampadas em todo o Brasil.”.

O MST mantém Planos de:

Ocupações e Marchas em quase todos os estados, para denunciar o abandono em que se encontra a agricultura familiar e a Reforma Agrária. No Rio Grande do Sul, três colunas de trabalhadores e trabalhadoras marcharam por 62 dias rumo ao grande latifúndio – Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, para cobrar a desapropriação da área para a Reforma Agrária. E fecharam o ano de 2007 com as ocupações das sedes da empresa suíça Syngenta Seeds, em vários estados, e com a ocupação da Estrada de Ferro Carajás, da VALE, no estado do Pará. (MST, 2008d).

Existem pontos fracos na luta do MST pela Reforma Agrária, pois, “A Reforma Agrária está parada em todo o país, e 150 mil famílias do MST seguem acampadas e a concentração de terras e a pobreza no campo têm crescido com o avanço do agronegócio, ainda mais agora com programa de biocombustível.” (MST, 2008a). Outro ponto que merece ser lembrado, é que o poder público não tem atendido às expectativas desse Movimento, em detrimento do agronegócio e do latifúndio. Além disso, a Reforma Agrária não é só dar a terra aos trabalhadores rurais, segundo A nova jornada de lutas do MST (MST, 2008a) o MST precisa levar infra-estrutura para o campo, de crédito para habitação, produção, assistência técnica, educação e saúde. Necessitando, também, da atualização imediata dos índices de produtividade que é fundamental para a efetivação da reforma agrária, assim como a vinculação direta do Incra à Presidência da República.

Contrariando os anseios do MST “O governo do presidente Lula teve em 2007 o pior ano em desapropriações de terra para a reforma agrária.” (RADIOAGÊNCIA NP, 2008a).

2 - Propostas para os assentamentos

A carta ao Presidente Lula (MST, 2008c), encaminhada pelo MST, em abril de 2007, apresentou bons exemplos de propostas para os assentamentos, mas que pareciam se distanciar um pouco da realidade econômica e social do país: “precisamos de tudo”, ou seja, amplie o número de famílias, cooperação agrícola, instalação de agroindústrias, investimento público, crédito rural especial, uma empresa pública que garanta a compra de todos os produtos, amplo programa de moradias, convênio entre Caixa Econômica Federal e o INCRA, programa nacional de reflorestamento, um programa especial de financiamento de instalação de agroindústrias e um programa de indústrias de máquinas agrícolas e tratores destinadas à pequena agricultura.

3 - Educação e saúde nas áreas de reforma agrária

Como consta no Informe MST 2007 (MST, 2008d), O MST tem adotado um Programa de Prioridade na Educação, com investimento em educação e formação, atualmente, colhendo resultados, por intermédio da Campanha Nacional de Solidariedade às Bibliotecas do MST, onde já arrecadou mais de 220 mil exemplares de livros doados, por meio, também, dos 2.500 jovens camponeses que estão fazendo graduação em universidades e dos 240 jovens que foram estudar medicina na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), em Cuba.

A Campanha Nacional de Alfabetização do MST tem pontos de eficácia, como no caso de recebimento de equipamento:

O Acampamento 1º de Agosto, localizado em Cascavel, região Oeste do Paraná, recebe hoje, 50 aparelhos de televisão e 50 aparelhos de DVD. Os eletrônicos serão utilizados na alfabetização de jovens e adultos do método cubano "Sim, eu posso", com 46 turmas no Oeste e Noroeste do estado. (MST, 2008b)

“A nova jornada de lutas do MST”, expõe claramente os planos do MST, em andamento:

Queremos a construção de pelo menos 200 escolas em áreas de assentamento, incluindo a infra-estrutura (biblioteca, laboratórios, quadra de esportes etc.). Precisamos garantir a ampliação da oferta nas áreas de Reforma Agrária do ensino fundamental e médio, além do atendimento a essa demanda, pois no campo não há acesso à escola de 0 a 6 anos. (MST, 2008a).

b) Planos programas e projetos aplicados e abandonados, analisando porque não deram certo

Um exemplo de atuação, hoje abandonada, empregando uma conduta diversa do entendimento, foi a invasão, mal sucedida, que surtiu um efeito positivo posterior, porém, com o saldo desvantajoso de 19 mortos, e brindado pela irresponsabilidade, também, das lideranças do MST que a conduziam, foi, em 1995, a da “Fazenda Macaxeira”, no município de Eldorado dos Carajás (PA), que foi ocupada por cerca de 1.500 famílias Sem Terra. [...] Hoje, a terra desapropriada de 18 mil hectares abriga cerca de 690 famílias. “O Assentamento 17 de Abril carrega no nome todo o peso que foi o massacre.” (PASQUALINO e FIDELES, 2006).

Em entrevista à Radioagência NP, o integrante da coordenação nacional do MST, João Pedro Stédile, declarou que “Infelizmente o balanço que o MST fez do processo de reforma agrária

durante o ano de 2007 foi negativo para os camponeses e para a classe trabalhadora em geral, porque na essência, reforma agrária significa democratização do acesso à propriedade da terra.” (RADIOAGÊNCIA NP, 2007b).

Segundo a Radioagência NP (2008a):

“Com o baixo volume de terras desapropriadas, o governo federal não atingiu a meta anual de famílias assentadas, assim como ocorreu em 2003, 2004 e 2006. A meta para 2007 era assentar 100 mil famílias, mas, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apenas 67 mil foram assentadas.”

c) Analisar os atores envolvidos e o jogo de forças dos mesmos (internos e externos)

Os atores envolvidos, no âmbito interno, nas questões relacionadas com as reivindicações e ações do MST, são a própria liderança desse Movimento, o Governo Federal, o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) e a mídia nacional.

Em se tratando da esfera externa, os atores envolvidos nessas questões são os governos de direita, como é o caso dos Estados Unidos da América, e os de esquerda, como são os casos da Venezuela e de Cuba e a mídia intencional.

Em meio ao jogo de forças dos mesmos, o governo Lula anunciou o assentamento de 127,5 mil famílias de agricultores sem terra no país, durante 2005 (SISTEMA EPU, 2006).

O MST criticou, também, o avanço da cana, a defesa do agronegócio e do latifúndio, e o desempenho e atuação do governo, dizendo:

"Tanques cheios à custa de barrigas vazias." Esse é o título de documento assinado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e por movimentos sociais de mais seis países da América Latina na semana passada para criticar o avanço da cultura de cana-de-açúcar e a aposta na produção de álcool a partir dela. [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008a).

[...] O poder público vem atuando apenas em defesa do agronegócio e do latifúndio, abandonando a agricultura camponesa à própria sorte. (MST, 2008a)

a disputa entre os dois projetos de agricultura vai se acirrar ainda mais. Porque no modelo do agronegócio e das transnacionais não há lugar para os camponeses nem para o povo brasileiro. Eles querem uma agricultura sem agricultores! Por isso seguimos nossa luta contra o agronegócio, pela ampliação da desapropriação de terras para a Reforma Agrária, contra as sementes transgênicas, contra o domínio do capital estrangeiro sobre a agroenergia, contra a expansão da cana e do eucalipto. Lutaremos para impedir o avanço da propriedade estrangeira, que vem dominando nosso território. (MST, 2008d).

Na época, o Governo Federal disse que "O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciaria a meta de assentamentos de seu segundo mandato, beneficiando 400 mil famílias até 2010. [...] Atualmente, há 250 mil famílias sem terras. [...] Entre 2003 e 2006, Lula assentou 381 mil famílias." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008b).

Contra o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, o PT convocou os filiados a aderirem às manifestações dos movimentos sociais, dentre eles, o MST. Entretanto, o representante maior do PT -

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva - recepcionou o colega com toda a diplomacia:

Determinado a engrossar os protestos contra o governo americano, o PT passou os últimos dias convocando filiados a aderirem às manifestações dos movimentos sociais contra o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Enquanto seu representante mais ilustre - o presidente Luiz Inácio Lula da Silva - se prepara para recepcionar o colega com toda a diplomacia, [...] O partido divulgou especificamente os eventos planejados pela Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), que reúne 32 entidades, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008a).

De acordo com o artigo “A nova jornada de lutas do MST”, o MST é contra o acordo entre Brasil e Estados Unidos na produção de agrocumbustíveis, como o etanol, porque:

O Brasil não pode usar seus principais recursos, como terra, água e energia solar, para atender aos interesses dos Estados Unidos, que querem manter e ampliar o nível de produção de combustível para sustentar a indústria dos automóveis e os tanques dos carros cheios no seu país. Nós temos de usar esses recursos para resolver os problemas do povo brasileiro, que são de comida, de casa, de emprego. (MST, 2008a).

Nesse jogo de forças, a mídia promove a divulgação das várias ações criminosas, como das invasões de propriedades, depredações, bloqueios de vias públicas, saques, dentre outras. Essa divulgação jornalística é, também, de grande interesse para o MST, pois agrega, às ações, dosagem significativa de sucesso, porém, adquirindo conotações diversas. O MST, não obstante, ataca a mídia e o Governo. “Se a mídia fosse mais responsável, a população teria acesso aos casos de violência, problemas ambientais e trabalhistas causados pelo agronegócio, que tem prejudicado os trabalhadores rurais, populações indígenas, quilombolas e de camponeses.” (MST, 2008a).

Segundo o MST, no Informe MST 2007 (MST, 2008d), a correlação de forças mudou:

Nossos inimigos ficaram mais fortes. Antes nós estávamos acostumados a brigar contra o latifúndio. Agora nossos inimigos são os latifúndios improdutivos, as empresas transnacionais que querem dominar a agricultura e o agronegócio. Essa avaliação nos levou a compreender que a Reforma Agrária só irá avançar se derrotarmos o neoliberalismo.

d) Analisar as variáveis chaves envolvidas na problemática (internas e externas)

1 - Problemáticas e variáveis internas

- Disputa pela posse e propriedade da terra, a qual é a permanente criadora de riquezas e fecunda produtora de todos os tempos, que gera tiranos e engendra escravos e oferece frutos.

- A escravidão no Brasil vincula-se às grandes propriedades rurais.

- A resistência dos latifundiários retarda a reforma agrária, fato o qual vem gerando graves conflitos sociais e ocasionando cada vez mais, um maior número de mortes.

- O Governo Lula, do qual se esperava maior arrojo nas ações pela reforma agrária, ainda não conseguiu concretizar as metas estabelecidas. Esse quadro de incerteza e quase desilusão está minando a esperança dos chamados “sem terra”, razão pelas quais as ações do MST vêm sendo intensificadas em vários Estados brasileiro.

- O assentamento requer seleção do rural que vai receber a terra. Há comerciantes, comerciários, profissionais liberais e outros, em busca dessas terras apenas para especular, para fazer negócios.

- É necessário que nos conscientizemos de que a reforma agrária não pode ser resumida tão-só na distribuição de terras, mas na melhoria das condições de vida da população rural, em dar condições ao rurícola para produzir, em dar assistência médica, odontológica e escolar. Necessário, igualmente que os assentamentos tenham luz, água, etc. Caso contrário teremos uma favelização rural.

2 - Problemáticas e variáveis externas.

- Os países latinos americanos (Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai) possuem idéias mais avançadas para aplicar concretamente a função social da propriedade da terra.

- Os investimentos de empresas internacionais são responsáveis por uma maior concentração dos meios de produção no campo e um menor acesso à propriedade da terra.

- A posição contrária do MST em relação aos acordos internacionais do Brasil na produção de agrocombustíveis, como o Etanol.

- O investimento cada vez maior com vistas a fortalecer os movimentos sociais que visem a reforma agrária promovida por países que incentivam estes movimentos à revelia da lei.

e) Levantar as ameaças (óbices) e as oportunidades

1 - Ameaças (óbices)

- O MST afronta a ordem jurídica estabelecida, formando grupos de desordeiros, baderneiros e oportunistas, cuja luta não tem por objetivo a reforma agrária, mas sim a derrubada da democracia.

- As pequenas propriedades do campo não produzem o bastante para sustentar as famílias que nela vivem porque falta dinheiro para a compra de fertilizantes, equipamentos e até sementes. Boa parte dos agricultores tampouco possui a formação adequada para assimilar novas tecnologias, que aumentam a produtividade, e cometem erros básicos no manejo do solo. Por causa disso, de acordo com estudos especializados um milhão de minifúndios foram abandonados. Nas propriedades onde se consegue obter algum lucro, o resultado mensal dificilmente ultrapassa os R\$ 60,00 por mês. Dessa forma qualquer trabalho na cidade é mais atraente.

- Toda a produção legislativa que ocorreu no Brasil, desde o seu “descobrimento” até os dias atuais, não foi capaz de solucionar o grande problema agrário brasileiro.

- Ações governamentais no sentido de promover a qualificação e adequação do trabalhador rural para que este possa ser inserido neste novo mercado de trabalho.

- Aplicação da lei e fiscalização para reduzir atos de vandalismo, depredações e invasões de propriedades públicas e privadas.

- Ações das autoridades no sentido de fazer com que o movimento exista juridicamente, e assim ter instrumentos que

possibilitem responsabilizar seus dirigentes por atos contrários a lei vigente.

- Ações do Superior Tribunal Federal – STF, no sentido de atuar Como guardião da Constituição Federal e assim fazer cumprir o que esta determina.

- Controlar a distribuição de terras visando coibir assentamentos irregulares.

- Ampliar a desapropriação de latifúndios improdutivos, para atender a finalidade social da terra de acordo com a lei.

- Realizar programas que possibilitem às famílias assentadas terem uma vida digna.

f) Levantar os pontos fracos e os pontos fortes

1 - Pontos Fracos

- No documento assinado pelo MST, a Comissão Pastoral da Terra, a Associação Brasileira de Reforma Agrária e os Movimentos dos Pequenos Agricultores, consta que o estímulo ao agronegócio aumentou o desemprego na zona rural.

- Invasões, atos de vandalismo e depredações de fazendas em todo o Brasil pelo MST.

- A impunidade dos integrantes do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constitui-se verdadeiro abuso contra a ordem Constitucional e o Estado Democrático.

- O MST vem praticando, diante dos olhos das autoridades, o delito de invasão de propriedade privada, juntamente com outros crimes, a exemplo dos ilícitos penais de dano (art. 168, Código Penal – destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia) e aqueles contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/98¹). Além de confiscarem, ilegitimamente caminhões e implementos agrícolas, ofenderem a integridade corporal das pessoas; ameaçarem-nas com gestos e palavras; cercear-lhes a liberdade, restringindo seu direito de ir e vir; associam-se em quadrilha ou bando em nome do movimento.

- A ação do MST ofende a Carta Magna e, em especial, a Lei n. 7.170/83², que define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

- Muitos dos “ocupantes” do movimento não possuem vínculo com o trabalho rural e lá estão escondidos numa espécie de Estado subterrâneo ou paralelo, sob a tutela, soberania e proteção da bandeira do MST.

2 - Pontos Fortes

- Aumento do volume de crédito rural destinado aos pequenos produtores.

- O programa luz para todos e a implantação do seguro rural.

¹ Lei de Crimes Ambientais

² Lei de Segurança Nacional

- Em 2005, o MST inaugurou a 1ª Universidade Popular do Brasil, em Guararema, a 60 km de São Paulo e foi batizada com o nome de Florestan Fernandes.

g) Identificar os anseios e as necessidades

Como é do nosso conhecimento, os problemas enfrentados atualmente em nosso país pela reforma agrária não são exclusivos do Brasil, onde a arte de governar tem se tornado cada vez mais difícil e complexa, pelos óbices que se impõem, e que representam em sua essência, condições estruturais ou conjunturais, variando na sua intensidade e na maneira de como se manifestam como é o caso dos movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde a sua criação teve como objetivo central a realização da reforma agrária em oposição ao latifúndio, acrescentando novas bandeiras de luta, nem sempre de maneira pacífica, ameaçando a ordem pública.

Dentro do Brasil, a notoriedade adquirida pelo movimento se deve, principalmente, à estratégia por ele empregada para possibilitar o acesso à terra de seus integrantes: organizam-se acampamentos nas margens de rodovias, interditam rodovias federais, fazem manifestações em praças públicas, passeatas em grandes cidades, longas caminhadas do interior do país até a capital federal, ocupações e invasões de prédios públicos (como aconteceu na Câmara), invasões

a bancos, e ainda a ocupação de áreas rurais públicas ou privadas, mesmo as consideradas por lei, como produtivas.³

O MST apresenta um saldo considerável de invasões/ocupações de terras produtivas e improdutivas.

Para se ter uma idéia, só em 2003, primeiro ano do governo do presidente Lula, foi registrado 222 ocupações/invasões.

Em 2004, 327 invasões; em 2005, 221; em 2006, 266 invasões/ocupações, dentre elas, uma de grande repercussão mundial, que foi a invasão da Câmara dos Deputados em Brasília, em junho de 2006, quando as perdas com bens destruídos foram calculadas em mais de R\$ 150.000,00.

Em 2007, das 287 invasões registradas de janeiro a dezembro, 221 foram feitas pelo MST.

Em 2008, só no mês de fevereiro (durante o carnaval), 14 fazendas foram invadidas pelo MST, que não parou por aí.

Outra invasão de grande repercussão, foi a da Vale (07/07/08), quando a Fazenda Monte Líbano, unidade de produção de carvão vegetal da empresa, em Açailândia, que abastece a Ferro Gusa Carajás, foi invadida pelo MST (conforme foi mostrado em rede nacional) a falta de respeito, os atos de selvageria contra o patrimônio, onde invadiram e depredaram, incendiaram lonas que protegem o carvão da chuva, quebraram vidros e equipamentos. Depois deram

³Por lei, uma área é caracterizada produtiva, se sua exploração for de 80% e o grau de eficiência na

início à interdição da rodovia. Eles colocaram fogo em pneus e madeira e pararam o trânsito.

Em nota, a Vale classificou a invasão como uma ação criminosa e de extrema violência. Acusou o MST de ter danificado prédios e equipamentos, além de ameaçar funcionários da fazenda. A Vale anunciou que já conseguiu a reintegração de posse da propriedade. "Essa invasão pode pôr abaixo mais de 20 anos de pesquisas desenvolvidas pela empresa", diz a nota.

O que se tem percebido é que a estratégia adotada pelo MST visa criar fatos políticos que obriguem o Estado a interferir na estrutura agrária, promovendo desapropriações de terra para o assentamento dos integrantes do movimento.

Analisando-se o MST por sua estrutura, pode se dizer que se trata de um movimento social complexo, que possui uma estrutura heterogênea, na qual se encontra desde simples camponeses a intelectuais acadêmicos, membros de partidos políticos e do clero católico. Isso leva o MST a assumir várias formas, dependendo do tipo da ação desenvolvida. Assim, dependendo daquilo que venha a ser por ele realizado - se uma ocupação de prédios ou de uma área rural, ou ainda, a promoção de um curso de capacitação para assentados - o movimento adquire formas diferentes.

exploração, de 100%.

Dependendo da situação, o MST atua como uma ONG, outras vezes como partido político, ou como verdadeiro movimento social.⁴

Na verdade, o que se tem notado é que nos períodos de mobilização e de luta, predominam as crenças na mudança social⁵ e, no momento de realização do assentamento, as crenças na mobilidade social.⁶

Uma das pesquisas citadas por Loera (2006), corrobora o nosso ponto de vista, ao afirmar que até mesmo as lideranças, quando assentadas, podem deixar de atribuir um conteúdo ideológico e coletivo para a terra e, tal como os trabalhadores de base, passam a priorizá-la, assim como, o trabalho e a família, em detrimento de valores mais coletivos como a solidariedade.

É nesse sentido, que se pode definir o MST como um movimento complexo, não se sabendo ao certo se “de” e\ou “para” trabalhadores rurais ao mesmo tempo.

Ele se formou ao redor de uma identidade – “ser sem terra” e lutar para alterar a qualidade desta, passando a ser um “com-terra”.

A estrutura do MST é composta por segmentos hierarquizados: direção, militância, base e massa, onde cada um dos segmentos abriga pessoas específicas.

⁴Movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado, que se concentra em algum aspecto de mudança social.

⁵ Mudança Social é qualquer alteração nas características culturais, estruturais, demográficas ou ecológicas de um sistema social, como uma sociedade.

⁶Mobilidade Social é o movimento ascendente ou descendente em sociedades estratificadas.

A direção, eleita por todos os integrantes da estrutura, é formada pelas pessoas mais esclarecidas ou mais preparadas politicamente para a determinação das diretrizes de ação, atuando, os intelectuais acadêmicos, junto a direção.

A militância corresponde ao quadro de funcionários do MST, onde sua burocracia atua junto à base e à “massa”, sendo a base composta pelos integrantes que receberam terras - os assentados. A “massa” é como se define o conjunto de pessoas que participam das ações organizadas pelos militantes do MST e que o fazem na esperança de conseguirem o acesso à terra mediante a conquista do assentamento.

Ao perseguir seus anseios e necessidades, o MST ameaça a segurança nacional, arranhando os direitos dos cidadãos, e por meio das suas ações ilegais, compromete a ordem pública e até mesmo a ordem interna do país, razão pela qual se deve dar especial atenção às suas atividades, em se tratando de Segurança Nacional.

1.1.2 - Análise do Poder

a) Levantar as necessidades (carências que devem ser atendidas, resultantes da análise da conjuntura)

Conforme ficou evidenciado no item anterior, onde foi feita uma análise da conjuntura atual, o MST é um movimento que tem se

destacado pelo seu *modus operandi*: invasões de propriedades particulares e públicas, sob o pretexto da reforma agrária.

Segundo Gohn (2000), ele quer ser um “com terra”, um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso a terra pela posse com direitos iguais aos que detém a sua propriedade e com isso ele perturba a ordem social.

O MST quer reforma agrária sim, mas desde que em terras já prontas e produzindo. Ou seja, ninguém quer ter trabalho de pegar terras virgens e plantar. Prova disso aconteceu, recentemente (16/01/08), quando integrantes do MST “ocuparam”, pela nona vez desde 2004, a Fazenda Coqueiros, no norte gaúcho.

A Fazenda tem 7.000 hectares, desse total 2.200 são ocupados com florestas nativas preservadas, 640 reflorestados com pinus, araucária e eucalipto. O restante é cultivado com soja, milho, trigo e cevada, além de pastagens para pecuária de corte.

Como foi dito anteriormente, por lei, uma área é caracterizada produtiva, se sua exploração for de 80% e o grau de eficiência na exploração, de 100%. No caso da fazenda Coqueiros, seu grau de utilização da terra é de 95% e de eficiência na exploração é superior a 180%.

Convém lembrar, que a utilização e o desfrute de um bem devem ser feitos de acordo com a função social da utilização da terra, onde o direito do proprietário deve ajustar-se aos interesses da sociedade, porém, em caso de conflito, o interesse social pode

prevalecer sobre o individual; exemplo disso é a desapropriação, para fins de reforma agrária, de uma propriedade rural improdutiva, com o pagamento de indenização em títulos da dívida agrária, como diz a Constituição Brasileira em seu Art. 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Nessa linha de raciocínio, o Código Civil proclama em seu art.

1.228, § 1º:

"O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas" (Código Civil, art. 1.228, § 1º) e que "são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem" (§ 2º).

Ultimamente, porém, o MST não tem questionado a produtividade ou grau de eficiência das áreas por ele invadidas, sob a alegação de ser contra "uma família" apenas ser proprietária de uma terra de 7.000 ha. que, para eles, seria uma "demasia".

Acontece, que a propriedade privada, sagrado direito em uma Nação livre e democrática, vem sendo sistematicamente desrespeitada com a explícita omissão do Governo, que não age no sentido de impedir a ação criminosa dos movimentos chamados, tendenciosamente, pelas autoridades constituídas, de "sociais", numa demonstração cabal de falta de autoridade ou vontade política.

Pode-se dizer que não há falta de autoridade, exatamente, porque o governo é de esquerda e, portanto, acoberta o MST. A vontade política também prejudicada pelo passado internacionalista da principal base partidária de sustentação parlamentar do governo.

Ignoram a Constituição, que é clara ao dizer que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] direito [...] à propriedade..." (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988, art. 5º, *caput*).

Por conveniência, esquecem que o direito de propriedade decorre da própria lei natural, que é uma exigência da natureza intelectual do homem.

Para alguns segmentos da sociedade, o MST é insensato e prepotente, com desculpa de altruísmo, é opressor e não respeita as leis.

As orientações recebidas nos "cursos de capacitação de militantes", ministrados para integrantes do MST, são para que os trabalhadores tenham um incentivo cada vez maior para as ações, onde o sentimento deve ultrapassar ao da própria necessidade de terra para trabalhar. O sentimento deve chegar a um ponto quase religioso. Para isso é trabalhada, durante os cursos por eles ministrados, a questão da "mística" do MST. Lá, aprendem que "na Mística, os símbolos desempenham o papel de guias que representam o esforço coletivo; não são mitos, são reais e, por isso, cantar o Hino (Nacional) com os punhos fechados não é um simples gesto, representa desobediência à

ordem estabelecida". A bandeira e a foice são os principais símbolos do MST e devem ser exibidos com orgulho e destaque nas caminhadas, ocupações de prédios públicos, marchas acampamentos e invasões de terra. "A militância precisa de um templo que consolide seu caráter e o compromisso com os ideais de uma nova sociedade: a mística tem essa função!"

A meta é a tomada do poder. Ou, como todos os documentos do MST são finalizados, "Até a vitória, sempre".

Isso não é um risco à soberania nacional?

Por isso, devemos estar atentos aos que pretendem impor soluções alienígenas e ameaçam a segurança nacional, como é o caso do MST, que vem crescendo a cada dia que passa, orgulhando-se de manter mais de 2.500 jovens camponeses fazendo graduação em universidades de diversos estados brasileiros, assim como possuir mais de 240 jovens estudando medicina na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), em Cuba; também enaltecem o crescimento de sua Escola Nacional Florestan Fernandes, como um patrimônio, não só para a formação do MST, mas como local de formação de toda a classe trabalhadora, lançando inclusive uma Campanha Nacional de Solidariedade às Bibliotecas do MST, onde arrecadou mais de 220 mil exemplares de livros.

Afirmam que a disputa entre os diversos projetos em andamento pelo Governo na área da Agricultura vai se acirrar ainda mais, pois consideram que no modelo do agronegócio e das transnacionais não há lugar para os camponeses, contestando a

afirmação do governo de que as metas da reforma agrária foram superadas. Afirmam ainda que os números sobre reforma agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário não correspondem à realidade, de acordo com estudos divulgados por pesquisadores universitários ligados ao MST.

Esquecem que o agronegócio é a parte entre os setores primário e secundário, com a logística permeando francamente o setor terciário da economia nacional, momento em que o fluxo beneficia toda a sociedade; que os assentados, como pequenos produtores rurais, poderão beneficiar-se dessa conjuntura dinâmica, desde que, naturalmente, as respectivas produções satisfaçam as exigências do agronegócio no que se refere a quantidade e qualidade.

No Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, o movimento diz que está preparado para fazer a reforma agrária por conta própria, a exemplo do que está sendo feito pelo líder Jaime Amorim, em Pernambuco. “Se o governo arrecada a terra, mas não assenta as famílias, nós assentamos”, diz o coordenador regional Valmir Luiz Sebastião. Em Minas Gerais, os cerca de 700 trabalhadores rurais ligados ao MST, que recentemente invadiram a fazenda Norte América, em Capitão Enéas, no norte do estado, foram acusados de matar bois, queimar madeira e arrombar as portas da sede da propriedade de 2.884 hectares, que estava totalmente controlada pelos sem-terra. A acusação contra o MST consta no boletim de ocorrência registrado pelo proprietário do imóvel, Ildel Figueiredo Rocha, no destacamento da Polícia Militar em Capitão Enéas.

“Mesmo diante das iniciativas do Governo, o MST divulgou que não vai ‘baixar a guarda”, pois acredita que a opinião pública está do seu lado, ainda que os órgãos da grande imprensa tenham prejudicado a causa da reforma agrária. Acreditam que a estratégia é costurar alianças com outras organizações e com os trabalhadores em geral.

Para os dirigentes dos sem-terra, tudo continua na mesma. O governo federal é moroso em sua política de promover a reforma agrária, faz o jogo dos grandes grupos econômicos e dos latifundiários, segue a cartilha do FMI e está comprometido com o processo de globalização, entregando as riquezas nacionais a grupos estrangeiros.

O MST afirma, ainda, que não há nenhuma novidade em suas ações, onde um dos seus dirigentes Gilmar Ciburski, diz: “Sempre ocupamos terras, fizemos acampamentos, caminhadas, passeatas e ocupações de prédios públicos”. Para ele, a novidade é a postura de enfrentamento do governo federal, levando, para o terreno policial e jurídico, um tema que é político e de repercussão social. Mas, pelo pacote de medidas anunciadas recentemente no Palácio do Planalto, tais iniciativas não serão mais permitidas. As ações promete o governo, vão resultar em enquadramento na Lei de Segurança Nacional, processo e cadeia para seus patrocinadores.

Nesse contexto, o MST declara que processo e cadeia são palavras que não assustam e nem intimidam os integrantes do movimento. Declara ainda que ao longo dos anos de existência do

movimento, elas foram brandidas sobre a cabeça de seus dirigentes e militantes, acompanhadas, às vezes, de violência física e morte, onde se registraram dezenas de casos que engrossam as estatísticas da luta pela reforma agrária no Brasil.

b) Identificar os meios disponíveis e potenciais que possam ser transformados em poder

Segundo Ribeiro (2007), em um país com a imensidão geográfica e geopolítica como o Brasil, a questão da Segurança Nacional é um aspecto altamente estratégico, já que estamos considerando o pensamento sobre o reflexo de proteção dos valores, principalmente dos condicionantes estratégicos que o Governo deveria produzir.

No caso do MST, o que se tem percebido, é que, se dizendo movimento social, atua de forma explícita e no ambiente político, onde suas atividades se desenvolvem nem sempre pacificamente (algumas vezes por meio de passeatas, outras, mediante manifestações violentas, arbitrárias e/ou polêmicas como acontece nas invasões e ocupações de bens públicos, ocupações de propriedades, conflitos armados etc, onde se assemelham aos movimentos de guerrilhas, ligados às organizações comunistas do mundo todo, particularmente da América Latina.

Em outras palavras, pode-se dizer que O MST é um movimento à margem da lei, que se furta aos registros legais para desfrutar de inaceitável impunidade.

Esta característica também se faz presente na conformação jurídica, muitas vezes informal e anônima, que os define como grupos indistintos, juridicamente anárquicos e homogêneos de pessoas, sem representação visível e sem que seja possível definir qual integrante responde legalmente pelo grupo.

Pelo que se tem visto o objetivo fundamental do MST não é social; é político-ideológico, pois visa destruir o regime democrático vigente no País, implantando em seu lugar um frustrado e ultrapassado regime comunista. A luta pela terra, ou reforma agrária, nada mais é que um pretexto que serve tão somente para cooptar indefesos e desinformados excluídos com ou sem profissão definida.

Atento a quem a ele se opõe, o MST vai, aos poucos, alterando sua estratégia de atuação, tendo organizado movimentos, como aconteceu com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, que, segundo o que divulgam seus organizadores, lutam em defesa de oito (oito) milhões de famílias camponesas "massacradas pelas multinacionais e pelo agronegócio".

Busca, assim, manter seu controle sobre os assentamentos rurais, mesmo de encontro com a política da Contag - poderosa central sindical no campo, que sempre representou os camponeses.

Dentre o que prega, propõem o enquadramento das famílias camponesas como "seguradas especiais" da Previdência; defende a

aposentadoria das mulheres aos 55 anos, com um salário mínimo, e aos 70 anos, com 2,5 salários (LEITE, 2004).

Exige que o governo controle os preços agrícolas, tabelle os insumos, compre a produção e controle o comércio por intermédio de "uma grande empresa pública de exportações agrícolas", proibindo as multinacionais de atuarem no mercado.

Além disso, querem também um crédito "X" por família para "investimentos globais" na propriedade rural, com quatro anos de carência e 20 anos para pagar, juros fixos de 2% ao ano e, para quem fizer tudo direitinho, ter direito a um desconto de 50% nas parcelas a vencer. A previsão orçamentária, para cinco anos, soma muitos milhões. Quem vai pagar por isto?

Esse populismo de esquerda cultivado pelo MST, tem por finalidade criar submissão. Aproveitando-se, com perversidade, da miséria humana, o MST usa esses seguidores, como pretexto, escudo e massa de manobra para a "guerra popular" revolucionária, que já há algum tempo estão tentando desencadear no Brasil.

Frente ao exposto, e, dentro deste processo, devemos sempre acompanhar o MST para observarmos qual o caminho que este trilhará: se aprofundará na ideologia marxista-leninista, se seguirá uma outra ideologia, ou até mesmo se embasará sua luta através do conhecimento e prática de outras ideologias de diferentes matizes; não

só no aspecto educacional, mas no todo do movimento, já que a defesa nacional compreende todos estes fatores, defesa do território, defesa do cidadão, defesa contra agressões externas e a defesa contra agressões ao nosso patrimônio.

c) Avaliar do Poder

Como se sabe, a avaliação do poder passa por uma análise das carências hoje existentes e dos recursos disponíveis e potenciais para atendê-las. Notadamente, existem carências cuja satisfação depende das duas partes: do MST e do Governo constituído. No entanto, há de se considerar, que não bastam recursos para promover mudanças; é necessário que se tenha vontade de implementá-las.

Na fase de diagnóstico, identificamos carências que podem comprometer a segurança nacional, a médio e longo prazo, caso medidas práticas não sejam de fato adotadas, com vistas a manter o controle da relação do MST com a sociedade civil.

Ausência de dados confiáveis sobre os meandros do movimento: Por ser caracterizado como um movimento social, não existe registro legal do MST, fato este, que dificulta por parte do governo, identificar e responsabilizar civilmente as ações depredatórias organizadas e executadas por este movimento, já que não existe formalmente hierarquia interna, o que também desobriga seus representantes a prestarem contas sobre a origem e volumes dos recursos recebidos de terceiros. A sociedade desconhece quem são os líderes deste movimento, o que faz com que interesses legítimos e

escusos sejam tratados da mesma forma. Não bastasse esse fato, o governo ainda se obriga a destinar vultosos recursos a uma entidade que se autodenomina movimento social, porém não promove o bem comum.

Uso político da Reforma Agrária: A reforma agrária tem sido para ambos os lados, *governo e movimentos que lutam pela distribuição de terras*, desde o advento das “Sesmarias”, um excelente meio de se chegar ao poder ou manter o *Status Quo*, dos governos, políticos profissionais, intelectuais, acadêmicos e de grande parte dos líderes que desde então encabeçam tais movimentos (MARTINI, 2001).

Governantes: não desenvolvem políticas de curto, médio e longo prazos; isso possibilita que a alternância de poder, própria da democracia, represente a descontinuidade de programas ou projetos com vistas ao atendimento das necessidades dos movimentos que buscam de forma adequada, a distribuição de terras e recursos para a produção.

Políticos Profissionais: usam o movimento para ganhar projeção, e quando chegam ao poder, utilizam discurso e forma de atuar dúbias, de modo a manter a base de eleitores formada no movimento, sem, no entanto representá-los verdadeiramente junto ao governo.

Intelectuais e acadêmicos: confundem as pessoas, uma vez que creditam todo tipo de problema à reforma agrária, desde a ausência de justiça social até a utilização de pesquisas genéticas,

privatizações, atuação de multinacionais etc. sobrepõe às questões ideológicas com necessidades práticas, onde as posições defendidas conferem a este seleto grupo, projeção junto à mídia e meios políticos, verbas para pesquisas, e lotação em cargos de confiança, quando na verdade prestam um desserviço, já que detém conhecimento científico que poderiam utilizá-lo de forma a propor soluções práticas.

Líderes do Movimento: Existem líderes que verdadeiramente querem soluções para a questão agrária e, alguns que visivelmente buscam uma forma de ascender socialmente, conquistar e manter o poder. Nesses casos, a reforma agrária deixa de ser um objetivo a ser conquistado, para ser um meio de uso do homem pelo homem. Isso se comprova através da manipulação de pessoas simples, que diante da necessidade e da crença em uma vida melhor e mais prospera, aderem a uma causa e obedecem cegamente a seus líderes, sem questionar se realmente é esta a solução de seus problemas, transformando-se em verdadeiras massas de manobra.

Uso Ideológico do MST: Por ser considerado um movimento social e não ter registro legal, o MST está desobrigado a prestar contas de todos os recursos financeiros que recebe. Com o pretexto de formar mão de obra especializada nos projetos defendidos pelo movimento, o MST investe vultosas quantias na criação e manutenção de escolas de formação ideológica, como aquelas em que crianças cantam A

Internacional⁷, ou ainda, enviar a Cuba, jovens ligados ao movimento, para se formarem em medicina. Logicamente, mais do que aprender medicina, esses jovens são enviados para conviver em um sistema de governo diferente, que o movimento considera o ideal para o nosso país. Embora a liberdade de expressão e manifestação seja uma premissa da democracia, o comunismo existente em Cuba, já se mostrou um sistema retrógrado em toda a sua aplicação, onde só há benefícios para os dirigentes e o restante da população que vive de cotas de alimentos, tem suas opiniões e atos censurados em tempo integral. Por outro lado, o governo que não tem uma política agrária consistente ou não pratica o pouco que tem para não ser impopular, não confronta a forma de atuação e distribuição de recursos do MST para atividades que não estejam alinhadas com o objetivo declarado do movimento. Essa situação que hoje é latente e pontual poderá se tornar no futuro uma seria ameaça a segurança nacional com incitação á desobediência civil, guerra de guerrilha e golpe para mudança do sistema de governo (RIBEIRO, 2007).

Recuperação de Terras Devolutas: As chamadas terras devolutas pertencem por direito à União, porem são ocupadas como se propriedades fossem por grandes grupos agropecuários ou latifundiários. O MST reivindica essas terras para assentamentos das famílias hoje acampadas, por serem geralmente improdutivas, por estarem próximas as cidades e já disporem de toda a infra-estrutura

⁷É a canção socialista mais conhecida e uma das mais reconhecíveis canções do mundo. A Internacional tornou-se o hino do socialismo internacional revolucionário.

que alegam ser necessária para a subsistência e sucesso do projeto. Por serem terras da União e os ocupantes atuais desfrutarem de toda sua riqueza, tendo pago somente as benfeitorias realizadas, resistem em sair e receber somente os gastos que realizaram. Considerando que são integrantes de grandes grupos empresariais ou pecuaristas, os governantes temem o confronto e por isso postergam indefinidamente a retirada dos atuais ocupantes.

Meios Disponíveis ou Potenciais Para Solucionar Estas Carências:

A solução das carências apontadas passa por alocação adequada de recursos humanos, tecnológicos e estruturais.

Adequação de recursos humanos: Tratar a reforma agrária como questão que interessa ao bem comum e não questão política é o ideal. Desta forma, o aparelhamento político dos órgãos responsáveis dá lugar ao conhecimento técnico, fazendo com que a reforma agrária deixe de ser objeto de barganha e passe a ser meio de justiça social, onde isso é válido para que os representantes do movimento passem a tratar a questão com mais objetividade e menos ideologia.

Recursos Tecnológicos: Uso de tecnologia de satélite para mapear áreas improdutivas coincidentes com as necessidades da reforma agrária, cadastro único das famílias efetivamente ligadas à agricultura, como hereditariedade ou filiação.

Recursos Estruturais: Mudar a caracterização do MST de movimento social para um movimento regular juridicamente, com fim

específico (foco) de buscar a reforma agrária e apoiar os assentados por um período determinado, ampliando as chances de sucesso do projeto e assegurando a seus membros, governo e sociedade que os recursos financeiros estão sendo utilizados em sua totalidade exclusivamente para este fim.

Todos os recursos necessários para a execução de uma ampla e bem sucedida reforma agrária estão acessíveis. Para colocá-los em prática e reduzir o risco latente das ações atuais do MST em se tornarem uma ameaça à segurança nacional é imperativo que as autoridades constituídas façam pleno uso dos instrumentos da justiça e apliquem as penalidades previstas em lei aos responsáveis por invasão, muitas vezes no anonimato, por meio do uso de rostos vendados, depredação de propriedades particulares e patrimônios públicos, porte ilegal de armas, saques e agressões físicas.

1.2 – Fase Política

1.2.1 - Elaboração de Cenários Exploratórios

a) Com a base levantada na fase de Diagnóstico, elaborar cenários de modo livre

O cenário livre que se apresenta, após o Diagnóstico, aponta:

1. Os vultosos recursos que o MST recebe passam a ser transparentes e deixam de ser utilizados para financiar projetos ideológicos; perdem-se os acadêmicos e intelectuais que permutavam palco por ideologia, que justificavam a utilização do homem pelo homem, mas ganham profissionais verdadeiramente interessados em

progresso e distribuição de renda através do labor e projetos para atividades fins.

2. O governo deixe de usar o movimento politicamente, por meio dos inúmeros órgãos criados para alocar correligionários e cargos comissionados. Efetivamente, faça o mapeamento de todas as terras potenciais para assentamento. A questão agrária passe a receber tratamento técnico e os ocupantes das terras devolutas recebam as benfeitorias existentes, e desocupem as áreas que são utilizadas para projetos de assentamento com acompanhamento técnico em todas as suas etapas.

3. Os líderes do movimento são eleitos em assembleias reconhecidas juridicamente para mandatos com prazo definido e passam a representar a pessoa jurídica no trato junto ao governo das questões inerentes aos assentamentos.

4. O MST deixará de invadir propriedades e depredar bens públicos e privados desde que o governo forneça e efetive o plano de reforma agrária existente ano a ano.

5. O governo deixou de fornecer subsídios financeiros ao MST devido à intransigência em não regularizar a sua existência jurídica. O movimento entendeu as exigências, pediu três meses para que se realizassem assembleias com o intuito de validar esta decisão, em sendo positiva, aceitaria as exigências, condicionando esta existência à contrapartida do governo em elaborar um cronograma de desapropriações com um número mínimo de famílias a serem

assentadas num período de 10 anos, oferecendo-lhes toda a infraestrutura.

6. As necessidades dos trabalhadores sem terra serão plenamente atendidas, desde que o MST, eleja uma liderança única, responsável juridicamente por todos os atos do movimento.

7. O governo deixou de fornecer subsídios financeiros ao MST devido à intransigência em não regularizar a sua existência jurídica. Como conseqüência, os ânimos acirraram-se, os acampados foram incitados a saquear propriedades, abater animais indiscriminadamente, depredar bens públicos e privados obrigando o governo a negociar alternativas favoráveis ao movimento.

8. O MST rebela-se contra a inércia do governo e, aproveitando a excessiva tolerância existente em relação a todos os seus atos ilícitos, já cometidos e impunes, decide decretar como propriedade do movimento grandes áreas rurais de seus interesses, transformando-as em pequenas federações, com regime de governo próprio e declaram-se independentes da federação brasileira. Em represália, o governo reintegra a posse dessas áreas e seus idealizadores buscam refugio em áreas de homizio, pois já tem combatentes preparados em Cuba, Venezuela e Peru, para a promoção de uma guerra de guerrilha. As técnicas de comunicação com a sociedade nacional e a comunidade internacional farão com que estas acreditem que estão sendo massacrados, que são inocentes e só querem terra para trabalhar, o que irá levar o governo a um grande desgaste político e constitucional, haja vista, que países como os já

citados são claramente simpáticos ao regime comunista e poderão municiar, financiar e treinar mais guerrilheiros em seus países para que se dê continuidade à guerrilha, que poderá durar anos a fio, ceifar muitas vidas e jogar o país em um atraso científico, tecnológico, intelectual, institucional e financeiro, semelhante ao que se pode observar em vários países da África.

b - Elaborar três cenários: Cenário pessimista, médio e otimista

Cenário otimista - O governo, por intermédio de avaliações de cenários, entendeu que não se pode haver grupos privilegiados como o MST, que embora tenha sua razão primária de existir, como defensor da expansão da reforma agrária, que genericamente é legítima e necessária e sua única razão de ser. Logo não há motivos para sustentar acampados e ser tolerante com invasões e depredações de propriedades privadas, prédios públicos e laboratórios de pesquisas, bem como manter uma casta de dirigentes, intelectuais e acadêmicos que usa o MST como cenário para promoverem-se na mídia, difundir sua suposta ideologia política e meio de vida opulento, como sabemos existirem várias, por todo o país, algumas, até com altas aposentadorias do governo federal. Desta forma, decidiu-se que a reforma agrária passará a ser uma questão técnica, portanto gerida por técnicos de ambos os lados; para isso o MST passaria a existir juridicamente permitindo que seus dirigentes sejam responsabilizados por quaisquer atos contrários à lei que venham a ser cometidos. Os

vultosos recursos que o movimento recebe do governo e de organismos internacionais passariam a serem utilizados na atividade fim, ou seja, deixam de financiar a ideologia e seriam utilizados em capacitação e pesquisas, visando a fomentar dos negócios das famílias assentadas.

Cenário Médio - O governo propõe ao MST que este deixe de invadir e depredar propriedades passe a existir juridicamente com direitos e deveres, bem como, estabeleça um modelo de gestão que tenha um representante legal, em contrapartida, o governo estabeleceria, de forma técnica e perene, um programa de curto, médio e longo prazos para os assentamentos de agricultores efetivamente com raízes agropastoris e oferece-lhes toda a assistência necessária para que se desenvolvam e prosperem.

Cenário Pessimista - O governo entende que deve deixar de fornecer subsídios logísticos e financeiros aos assentamentos por entender que o MST não pode receber tratamento diferente dos demais brasileiros que necessitam, diariamente, trabalhar para sobreviver, independente de ser empregado, autônomo ou empregador, enquanto os integrantes do MST, por não terem terra para trabalhar, têm o direito de viver às expensas dos impostos que os demais cidadãos pagam e não são obrigados a prestar contas do que o governo lhes fornece, nem das somas que recebem de organismos internacionais e que podem perfeitamente ser usadas para custear o aparato ideológico que em pouco ou nada contribui para a qualidade de vida e trabalho das pessoas que são usadas como massas de manobra para que alguns

dirigentes mantenham o “Status Quo”, sem saber distinguir uma lavoura de milho de uma plantação de arroz.

Diante da negativa, o MST aproveita todo o direcionamento ideológico difundido entre os acampados a inércia e excessiva tolerância do governo em não fazer respeitar as leis do país, quando ocorrem invasões de propriedades públicas e privadas, destruição de laboratórios de pesquisas, saques e abate de animais em fazendas, decidindo decretar grandes áreas rurais, por todo o país, onde existam interesses seus e os transformam em pequenos estados com regime de governo próprio e se declaram independentes da federação brasileira.

Em represália tardia, o governo reintegra a posse dessas áreas e seus idealizadores e seguidores se homiziam em regiões rurais ou urbanas, promovendo uma guerra de guerrilha, já que, sabidamente, existem países e governos vizinhos simpatizantes com essa ideologia comunista, tais como, a Venezuela, Peru e Bolívia, ou distantes, mas que serve de modelo de orientação e campo de treinamento como Cuba, que podem, facilmente, fornecer patrocínio. Este cenário poderá durar anos a fio, ceifar muitas vidas de inocentes e colocar o país em um atraso científico tecnológico, intelectual, institucional e financeiro, semelhante ao que se pode observar em vários países da África.

1.2.2 – Elaborar a concepção política

a) O grupo escolhe entre os cenários pessimistas, médio e otimista, aquele que julgar mais apropriado para o momento nacional (regional);

Cenário otimista - Nessa ordem de idéias, o primeiro cenário analisado (otimista) diz respeito à hipótese do Brasil promover a Reforma Agrária, realizada dentro de critérios legais que beneficiem tanto o Estado brasileiro como o autêntico agricultor que anseia por um pedaço de terra para produzir e sustentar sua família com dignidade e possibilidade de melhorar o seu padrão de vida.

A Reforma Agrária acabará com as invasões do MST e enfraquecerá o movimento (se for realmente esse, o pretexto de suas ações) e, conseqüentemente, haverá mais estabilidade para a autodefesa, que no caso do Brasil, se limita à defesa do território e patrimônio nacionais, e o colocará em uma posição melhor no cenário internacional, pois, respeitado é o país que está determinado a defender seus interesses a qualquer custo, além da garantia de que o processo democrático não deverá sofrer ameaças.

Cenário Médio - O segundo cenário (médio ou intermediário), trabalha com a hipótese do Brasil não tomar medidas enérgicas com relação às invasões de terras e propriedades públicas e privadas, o quê deixará o País numa posição fragilizada na defesa e preservação da soberania e da integridade territorial, visando a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, garantindo aos cidadãos o exercício dos seus direitos e deveres constitucionais.

Em face da “atuação” do MST, as acusações que recaem sobre este, revelam, pela forma e pelo conteúdo em que foram expressas, que não se julga de fato os meios ou os instrumentos de

luta, mas verdadeiramente se condena o fato de que esse movimento além de constituir-se numa ameaça à democracia, coloca como meta uma sociedade socialista, utópica, fruto da imaginação das lutas de movimentos sociais.

Considerando que um país só é reconhecido, se tiver a determinação de afirmar sua autonomia estratégica no contexto das relações de força que lhe permita articular e comandar alianças, criar e manter área de influência própria, repelir alinhamentos indesejáveis e, acima de tudo, defender seus interesses, se necessário, internamente ou além de suas fronteiras, competirá ao Estado, implementar estratégias com relação as ações do MST, que lhe permitam diminuir os reflexos negativos deste, impondo medidas tais como:

- estabelecer uma posição política mais transparente sobre o estado de direito e as falhas freqüentes com relação aos direitos das propriedades privadas, ou seja, quais ações de movimentos, como o MST, são ilegais e quais não são;
 - demandar das autoridades judiciárias que, por meio dos instrumentos legais, façam com que o MST saia da informalidade, tornando-se uma entidade juridicamente legal, passível, portanto, de punibilidade legal;
 - já que o MST é um movimento de precária existência legal, o governo deveria suspender o fornecimento de cestas básicas e destiná-
-

las a quem, realmente, delas necessitem, como: asilos, orfanatos, pequenos produtores em dificuldades;

- investigar toda e qualquer possibilidade dos movimentos que se dizem sociais, em conjunto ou isolados, realizarem, em qualquer parte do território brasileiro, ações violentas de toda ordem (ameaças pessoais, agressão física, sabotagem, invasão de propriedades públicas e privadas, terrorismo seletivo e indiscriminado, assaltos, saques, seqüestros de pessoas e veículos diversos, atentados, assassinatos, narcotraficância, montagem de focos de guerrilha urbana e rural, guerra revolucionária). Em cada caso identificar seus líderes, contatos pessoais, organização, estrutura, material e pessoal de apoio, disponibilidade de armas e munições entre muitos outros. Em todos os casos fazer denúncia aos órgãos competentes, exigindo providências a respeito e denunciando esses órgãos se, por qualquer motivo, não cumprirem os seus deveres.

Cenário Pessimista - A terceira hipótese trabalhada, considerada a mais danosa ao País na possibilidade de vir a ocorrer (cenário pessimista), pressupõe que se mais uma vez não for resolvida a questão da Reforma Agrária, o Brasil corre o risco de se tornar mais vulnerável às invasões (não só internas como externas), já que nem a situação interna foi capaz de resolver.

Assim sendo, somos da opinião que o Brasil deverá direcionar seus esforços no sentido de fortalecer a Segurança Nacional, cuja situação atual é bastante debilitada devido às dificuldades

provenientes da falta de apoio do governo, além de sua pouca expressão, já que no território brasileiro muitos outros países já se “instalaram”, fazendo do “nosso”, o país deles (como ocorre na Amazônia).

b) Submeter este cenário ao teste de premissas básicas.

Se não passar no teste, novo cenário deverá ser elaborado

Pode-se dizer que a forma apolítica do MST corresponde às funções que tem assumido ao longo da sua história. Conforme foi demonstrado anteriormente, o movimento se constrói, principalmente, como reação ao impacto devastador do processo de desenvolvimento capitalista sobre o trabalhador rural, ou seja, como reação a precarização da situação econômico-social para a esfera ético-política. Desta forma, o movimento sintetiza um corpo de reivindicações concernentes a toda sociedade, apresentando um projeto nacional e, portanto, que toca não apenas os trabalhadores rurais, mas, a própria forma de organização social, ou seja, ele sintetiza uma pauta política com pretensões universalizantes, totalizantes.

c) Passado no teste, tem-se o cenário desejado

Ao realizar essa passagem ético-social, portanto, o MST toma a “forma” de um partido. A fase mais estritamente política que assinala a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido, que se dá no momento em que o grupo “adquire consciência de que seus próprios interesses corporativos, em seu

desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses dos outros grupos subordinados” (GRAMSCI, s.d).

Nesse sentido, o MST ao dar estatura política a uma luta popular, transforma-se num partido popular agrário. Resta-nos estabelecer mais rigorosamente quais elementos estão envolvidos na “forma política do MST”, para assim demonstrarmos em que sentido podemos entendê-lo sob a forma de partido político.

Como partido político, convém-se examinar qual será sua função e como se dará a formação da consciência crítica e autônoma de seus militantes e a elevação do senso comum ao bem comum de toda a nação.

d) Com os elementos do cenário desejado, elabora-se os objetivos de estado e objetivos de governo

Todos os objetivos de Estado Nacional passam pela premissa de que tudo deve seguir os caminhos legais das leis vigentes.

O Estado Nacional tem que prover os direitos sociais a toda população, assim como, o artigo 6º da Constituição Federal define:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Alguns desses direitos estão sendo privados, em detrimento do capitalismo, juntamente com as elites dominantes, obrigando assim

que o governo tome atitudes contrárias ao desenvolvimento da reforma agrária no país.

É claro que a luta pela terra não é recente, vem desde os primórdios da humanidade, porém não devemos colocar isso como pretexto para se valer de qualquer meio, até mesmo fora das leis existentes, a fim de encurtar a reforma agrária.

1.3 – Fase Estratégica

1.3.1 – Concepção Estratégica

a) De maneira livre, definir ações que possam atingir os objetivos levantados na fase anterior;

“A física preconiza que toda ação gera uma reação igual e contrária”. Tomando como base essa afirmação, convém salientar que todo objetivo colocado em prática produz uma reação.

Transformar ação em prática requer introduzir diversos elementos básicos na pauta de discussões. Para que isso ocorra, muitos paradigmas, formados ao longo do tempo, terão que ser quebrados, pois, muitas políticas de assistência voltadas à reforma agrária deparam-se nas barreiras que as elites dominantes, representando o povo, impõem, no congresso nacional.

Em relação às estratégias, vários pontos-chaves seriam adequados, tais como: investir em educação; e trabalhar na área social

dessas famílias, proporcionando dignidade, valor, educação, saúde, segurança e direitos que todos temos perante a Constituição Federal.

b) Trabalhar o rol de ações levantadas livremente

O cenário que se encontra o MST envolve vários atores, nos quais cada um possui interesses distintos. De tal maneira, devem-se considerar todas as variantes que influenciam o desenrolar dos fatos. No cenário nacional, o MST, o principal ator, o governo e a população. No âmbito regional, a nível América Latina, todos os países que mantêm um relacionamento mais efetivo com o Brasil, principalmente aqueles nos quais suas políticas tenham afinidade com a ideologia do Movimento. Em âmbito da Comunidade Internacional devem-se considerar as potências mundiais e organismos, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A ideologia do MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os sem terras do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças.

O governo, hoje, do Partido dos Trabalhadores (PT), segue uma ideologia de esquerda, entretanto, atua, seguindo uma política eleitoreira, às vezes, voltada para o campo econômica e social, e, conseqüentemente, não atendendo, plenamente, às necessidades do MST.⁸ A população, influenciada pelas ações, nem sempre pacíficas,

⁸ Na luta contra o latifúndio, Lula não fez diferença nenhuma. É verdade que ele não reprimiu os movimentos sociais, como o Fernando Henrique, e dialogou, não fechou as portas. Mas o que realmente avança no País não é o social. É o mercado, o

promovidas pelo movimento, assume uma postura de medo diante de uma luta inadequada pela posse da terra.

Regionalmente, nota-se que os países vizinhos, identificados com a ideologia do movimento, também possuem em sua liderança governos de esquerda.

Na Comunidade Regional, o MST é para alguns países um movimento social que por vezes compromete a produção agrícola, haja vista, que as culturas da soja, do milho, da cana de açúcar, são feitas em sua maioria em grandes propriedades produtivas e, por isso, um provável empecilho aos interesses da sociedade.

Considerando assim, é inevitável aplicar à racionalidade o que se sobressai nesta situação, que é a lei do mais forte. Aquele que possui mais influência e poder consegue colocar em prática suas ideologias. No Brasil a Reforma Agrária ainda é um ponto a ser bastante discutido, aonde o MST vem ao longo de seus 22 anos de existência acumulando simpatizantes, independente da legalidade, ou não, de suas ações.

c) colocar as ações em face dos óbices e dos testes

Sugerimos, então, uma estratégia que vise conciliar os objetivos específicos do Movimento com os Objetivos Nacionais,

capital. Lula não está avançando nas desapropriações. Pelo contrário. O curso dado ao agronegócio está reduzindo o espaço da reforma agrária. As desapropriações estão muito aquém das metas que ele mesmo traçou. Hoje, reforma agrária é um assunto que saiu de pauta de cogitação. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4775>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

visando alcançar o Bem Comum e evitar ameaças a Segurança Nacional.

Assim sendo, as estratégias sugeridas são as seguintes:

- Maior controle por parte do Governo da aplicação das verbas destinadas ao MST, uma vez que existem denúncias de desvios dessas verbas;
- Trabalhar para que suas ações estejam alinhadas com os Objetivos Nacionais não ensejando ameaças a Segurança Nacional;
- Planejar os assentamentos para que sejam direcionados para a produção agropecuária, evitando assentamentos improdutivos;
- Trabalhar, o governo, por meio da mídia, no sentido de que não haja contrariedade aos Objetivos Nacionais, como uma ameaça a Segurança Nacional;
- Instruir o MST em ações legais para a conquista de seus objetivos, sem, contudo, comprometer a estabilidade e a Segurança Nacional;
- Fazer com que o MST cumpra as normas de educação estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), na

formulação das grades curriculares das escolas mantidas pelo MST, não permitindo a inclusão de currículos que possam trazer conflitos com a prática do ensino oficial;

- Controlar a prática do cooperativismo para que não haja desequilíbrio social e econômico, nacionais;

- Promover a participação efetiva das famílias assentadas na manutenção dos Objetivos Nacionais;

- Assegurar ações do Ministério da Saúde no planejamento familiar e assistência preventiva a saúde das famílias assentadas;

d) Estabelecer a opção estratégica

Como podemos identificar pela análise do presente estudo, num dos cenários propostos, existem várias trajetórias possíveis de serem alcançadas, o que entendemos ser o caminho adequado para que o MST não se configure, ainda mais, como uma ameaça a Segurança Nacional e propicie uma má imagem do Governo Federal, no âmbito nacional e internacional.

Dessa forma, as estratégias estabelecidas devem ser:

- Conscientizar a população brasileira de que a Reforma Agrária deve ser feita para melhorar as condições sociais do lavrador sem terra, e não por razões políticas e ideológicas, onde a luta pela terra passou para a luta política contra o Estado e não contra o latifundiário improdutivo;

- Fiscalizar e cobrar do MST, na forma da lei, pela prática contínua de suas ações, como: invasões de propriedades, empresas públicas ou privadas, roubos, furtos, extorções, cárcere privado, agressões físicas, formação de quadrilha, dentre outras.

- Fazer com que o MST tenha uma estrutura regular e pautada por ações legais, claras e transparentes.

e) elaborar com base na opção estratégica as diretrizes estratégicas

Avaliando o cenário atual que se apresenta, fica evidenciada a necessidade de definirmos diretrizes e políticas de ações para assegurar a Segurança Nacional.

Para isso, recomendamos a adoção das seguintes diretrizes estratégicas:

- Estabelecer um sistema educacional dentro dos assentamentos com os padrões estabelecidos pelo MEC e não pelo

MST, que vise elevar o grau de escolaridade, a fim de preparar os assentados para o mercado de trabalho;

- Propiciar uma atuação eficaz da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) nas ações do Movimento, objetivando evitar qualquer transtorno que possam se constituir em ameaça à Segurança Nacional;

- O Governo Federal deve restringir todo tipo de recurso destinado a qualquer movimento social, pautado por ações ilegais, e que não possua uma personalidade jurídica compatível com as exigências legais e necessárias para a devida prestação de contas para com a Nação;

Mais que isso, o Governo deve fiscalizar e fazer cumprir as leis, para coibir as práticas ilegais adotadas pelo MST, dentre outras.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou o impacto da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST na Segurança Nacional, a partir do estudo da trajetória do movimento e de suas ações, consideradas ameaça à Segurança Nacional e ao bem comum, para então preparar e empregar o Poder Nacional adequado, observando a metodologia de planejamento preconizada pela Escola Superior de Guerra.

Na Fase do Diagnóstico, ou de análise, procurou-se avaliar o MST, segundo suas ações (onde invasão de propriedade passou a ser chamada de “ocupação”; invasores, de “sem terra”; e crime contra a propriedade passou a ser “manifestação de excluídos”, e assim por diante), através do exame do ambiente externo (levantamento de ameaças e oportunidades), do ambiente interno (identificação dos pontos fortes e fracos), além de avaliá-lo quanto à eficiência e eficácia das políticas e estratégias postas em prática (planos, programas e projetos em vigor) para coibir o MST.

Na Fase Política, após a análise de situação do MST como ameaça à Segurança Nacional, procurou-se estabelecer os objetivos e/ou metas, que visaram orientar a sociedade a exigir do Governo medidas enérgicas e eficientes no combate às invasões.

Para este fim, foram apontadas medidas compostas pela construção de três cenários prospectivos, sendo um deles otimista, o outro intermediário, o qual se considera de maior probabilidade de ocorrência nos próximos tempos e, por fim, um chamado cenário pessimista.

Nessa ordem de idéias, o primeiro cenário analisado (otimista) disse respeito à hipótese do Brasil promover a Reforma Agrária e acabar com as invasões do MST, conseqüentemente, com o enfraquecimento do movimento.

O segundo cenário (intermediário), que na opinião do grupo possui maiores chances de ocorrer na atual conjuntura, e que foi escolhido, trabalhou com a hipótese do Brasil não tomar medidas enérgicas com relação às invasões de terras e propriedades públicas e particulares, e o que poderia acontecer, considerando que a violência das ações do MST mudou de nome, onde o desrespeito à lei ganhou tal alcance que a invasão e a destruição de propriedades, do seu maquinário, dos seus bens, com cárcere privado de funcionários e proprietários, vieram a ser considerados como não violentas. As ameaças com armas brancas (foices e facões), são as regras, sem que as autoridades competentes desarmem pessoas que utilizam, inclusive, mulheres e crianças como escudo. Com efeito, como se pode falar de "diálogo" em tal circunstância? O diálogo pressupõe pessoas comprometidas com a economia de mercado, com as liberdades e o respeito às leis.

Diante disso, o verdadeiro diálogo deveria se basear no Estado de Direito. Deveria começar pela aplicação da lei, proibindo a desapropriação das terras invadidas e retirando da lista dos assentáveis os invasores, assim como as autoridades públicas deveriam desarmar os invasores, tomando suas armas brancas e responsabilizando quem as brande.

Finalmente, a terceira hipótese trabalhada, considerada a mais danosa ao País na possibilidade de vir a ocorrer (cenário pessimista), pressupõe que se mais uma vez não for resolvida a questão da Reforma Agrária, o Brasil corre o risco de se tornar mais vulnerável às invasões (não só internas como externas), já que nem a situação interna foi capaz de resolver.

Assim sendo, o grupo é de opinião que o Brasil deverá direcionar seus esforços no sentido de fortalecer a Segurança Nacional, cuja situação atual é bastante debilitada devido às dificuldades provenientes da falta de apoio do governo, além de sua pouca expressão, já que no território brasileiro muitos outros países já se “instalaram”, fazendo do “nosso”, o país deles (como ocorre na Amazônia).

Vencida a Fase Política, com a definição do cenário a ser trabalhado (intermediário), concluiu-se, que se as ações do MST exigem atos de defesa para obter ou resguardar as condições que proporcionam a sensação de segurança contra ameaças de qualquer natureza, é porque suas ações independentemente de grau, provocam

sentimentos de insegurança, impactando de alguma forma na Segurança Nacional. A partir daí, delineou-se a política, a estratégia e, finalmente os planos de ação que deverão ser implementados pelo Governo, visando se atingir o objetivo: *impedir que as ações do MST se constituam ameaças à Segurança Nacional*, de acordo com os Objetivos Nacionais, que visam à consecução do Bem-Comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JR. José. MST: Um Movimento Contra A Escravidão. *Revista Jurídica Consulex* – Ano X n. 221 – 31/03/2006, p. 29.

BRASIL, *Constituição Federal*, de 5 de Outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. 1988.

BRASIL, Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.

_____, Lei n. 7.170/83 – define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

_____, Lei n. 9.605/98 – define os crimes contra o meio ambiente.

BOURDON, R. e BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. 2.ed. São Paulo: Ática. 2000.

BUBENECK, Celso. MST: Meeiro Da Violência. *Revista Jurídica Consulex* – Ano X n. 221 – 31/03/2006, p. 24-26.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COLETTI, Claudinei, *A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas (SP): Ed.da Unicamp, Centro de Memória-Unicamp, 1998.

O ESTADO DE SÃO PAULO, *MST quer produzir biodiesel*, 2007.

Disponível em:

<<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/101371.htm>>.

Acesso em: 16 janeiro 2008.

FERNANDES, Bernardo Marcano et alii. A questão agrária e a justiça. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO apud. CUT SP, *Movimentos sociais criticam avanço da cana*, 2007. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <www.cutsp.org.br/ clipping/2007/clipping%2007032007.doc>. Acesso em: 16 janeiro 2008a.

FOLHA DE SÃO PAULO, *Até 2010, Lula quer assentar 400 mil famílias*, 2007. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ folha/ brasil/ult96u92731.shtml>>. Acesso em: 16 janeiro 2008b.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, *Fiocruz aposta na parceria com MST*, 2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=201&infoid=1143&sid=9>. Acesso em: 16 janeiro 2008.

GARCIA, José Carlos. *O MST entre a Desobediência Civil e a Democracia*. São Paulo: RT, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEITE, Sérgio Pereira, "Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989), in: Medeiros, Leonilde et al. (orgs), *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*, São Paulo: Ed.Unesp, 2004

LOERA, Nashieli Ragel. *A espiral das ocupações da terra*. São Paulo: Polis; Campinas: Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP, 2006.

MAIA NETO, Cândido Furtado. Os Crimes E A Impunidade Dos "Sem Terra". *Revista Jurídica Consulex* – Ano X n. 221 – 31/03/2006, p.26-28.

MARQUES, Benedito Ferreira. Ocupações coletivas de terras sem função social: desobediência civil ou instrumento de cidadania agrária? Goiânia: *Revista da Universidade Federal de Goiás*, 2006, p.35-40.

MARTINE, George, "A 'Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?". *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, nº 23. São Paulo: Marco Zero, CEDEC, março-2001.

MARTINS, José de Souza, *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2. ed, 1985.

_____, *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MOREIRA, Alberto da Silva. *O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2006.

MST, *A nova jornada de lutas do MST*, 2007. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/917/47>>. Acesso em: 15 janeiro 2008a.

MST, *Campanha Nacional de Alfabetização do MST - Todos e Todas Sem Terra Estudando!*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/especiais.php?ed=50>>. Acesso em: 16 janeiro 2008b.

MST, *Carta ao Presidente Lula*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3754>>. Acesso em: 17 janeiro 2008c.

MST, *Informe MST 2007*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4730>>. Acesso em: 18 janeiro 2008d.

MST, *Nossas Lutas*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?sc=72>>. Acesso em: 19 janeiro 2008e.

MST, *Programa Agrário: uma alternativa concreta para a agricultura brasileira*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3808>>. Acesso em: 20 janeiro 2008f.

MST, *Campanha Nacional de Alfabetização do MST - Todos e Todas Sem Terra Estudando!*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/especiais.php?ed=50>>. Acesso em: 16 janeiro 2008b.

MST, *Carta ao Presidente Lula*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3754>>. Acesso em: 17 janeiro 2008c.

MST, *Nossas Lutas*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?sc=72>>. Acesso em: 19 janeiro 2008e.

MST, *Programa Agrário: uma alternativa concreta para a agricultura brasileira*, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3808>>. Acesso em: 20 janeiro 2008f.

PASQUALINO B.; FIDELES N. apud. *Jornal Brasil de Fato*, A vida brota, na terra manchada de sangue, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2081>>. Acesso em: 16 janeiro 2008.

RADIOAGÊNCIA NP (2008) apud. Vinicius Mansur. *Governo Lula registrou o pior índice de desapropriação de terra em 2007*, 2007. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3666&Itemid=43>. Acesso em: 16 janeiro 2008a.

RADIOAGÊNCIA NP (2007) apud. Juliano Domingues. *EM DEBATE: MST faz balanço negativo da Reforma Agrária em 2007*, São Paulo, SP, 2007. Disponível em:

<http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3604&Itemid=43>. Acesso em: 16 janeiro 2008b

SISTEMA EPU, *MST contesta números do governo Lula*, 2006.
Disponível em:

<www.sistemaepu.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1032>. Acesso em: 16 janeiro 2008.